

Ruta hacia la  
Cooperación Empresarial  
y Comercio Electrónico



Rota de  
Cooperação Empresarial  
e Comércio Eletrónico

PORTUGAL

# Guia de procedimientos nº 4

## IDEIAS / REQUISITOS

**Tipologia de negócio:**

**Exploração agrícola**

[www.rutacece.com](http://www.rutacece.com)

El proyecto Ruta Hacia La Cooperación Empresarial Y Comercio Electrónico que está apoyado por la Unión Europea y cofinanciado por el FEDER, con cargo al Programa Operativo de Cooperación Transfronteriza España-Portugal 2007-2013, tiene por objetivo global incentivar la plena incorporación de las empresas a la Sociedad de la Información en ambos lados de la frontera e impulsar el emprendimiento cooperativo Algarve - Huelva. El coste total elegible del proyecto es de 912.243,32 euros, siendo la cofinanciación FEDER de 684.182,49 euros y la tasa de cofinanciación del 75 %



Unión Europea  
FEDER  
Invertimos en su futuro



## Introdução

O Município de Faro, prosseguindo uma política de apoio ao empreendedorismo e à criação de emprego, criou o **Serviço de Desenvolvimento Económico e Financiamento (SDEF)**, o qual constitui um agente facilitador no processo de acesso ao exercício das variadas atividades económicas. Para o efeito presta informação sobre procedimentos, sobre normas legais a observar, sobre restrições legais e servidões administrativas, sobre programas de financiamento, sobre incentivos, bem como presta apoio institucional junto de outras entidades públicas e associativas.

[faroinveste@cm-faro.pt](mailto:faroinveste@cm-faro.pt) / [www.cm-faro.pt](http://www.cm-faro.pt) / +351 289870041

Deixa-se, porém, claro que o SDEF não substitui outros organismos internos e/ou externos que se devam pronunciar sobre o exercício de atividades económicas.

## Exploração agrícola

**Nota prévia:** O acesso ao exercício de qualquer atividade agrícola é livre, havendo no entanto que acautelar algumas operações que carecem de licenciamento administrativo, como sejam as construções de apoio agrícola, as explorações pecuárias e os acessos a partir da via pública.

### I. Conceito

A definição de «exploração agrícola» adotado pelo INE no âmbito do Recenseamento Geral da Agricultura de 2009 indica que se trata de uma unidade técnico-económica que utiliza em comum os fatores de produção (mão-de-obra, máquinas, instalações, terrenos, etc.) e que satisfaz obrigatoriamente as quatro condições seguintes:

1. Produzir produtos;
2. Atingir ou ultrapassar uma certa dimensão (área, n.º de animais);
3. Estar localizada num local bem determinado e identificável;
4. Estar submetida a uma gestão única.

### II. Procedimento para acesso ao exercício

1. Deverá dar início de atividade junto da autoridade aduaneira e tributária em <https://www.portaldasfinancas.gov.pt/pt/home.action>;
2. Para aceder a informação especializada, benefícios ou financiamentos para o exercício da atividade deverá inscrever-se no portal do IFAP e solicitar o número de Identificação do Beneficiário (NIFAP) em [http://www.ifap.min-agricultura.pt/portal/page/portal/ifap\\_publico](http://www.ifap.min-agricultura.pt/portal/page/portal/ifap_publico);

### III. Título

Não existe um título obrigatório para o exercício da atividade agrícola, apenas o NIFAP é necessário para aceder à área reservada do portal do IFAP e constituir-se beneficiário de incentivos fiscais, descontos nos combustíveis, etc.

### IV. Requisitos gerais

Os operadores agrícolas que necessitem de instalações para apoio à exploração ou de publicidade da exploração estão sujeitos às seguintes obrigações gerais:

- a) Controlos prévios de urbanização e edificação nos termos do regime jurídico da urbanização e edificação (**RJUE**), aprovado pelo DL 555/99, de 16/12 e republicado pelo DL 136/2014, de 09/09, disponível em <https://dre.pt/application/file/56501780>;
- b) Ao cumprimento do regime jurídico da **publicidade** que, no caso do Município de Faro está disponível em [http://cms.cm-faro.pt/upload\\_files/client\\_id\\_1/website\\_id\\_1/regulamentos/Espacos\\_Publicos/Regulamento\\_OEPPP\\_2012.pdf](http://cms.cm-faro.pt/upload_files/client_id_1/website_id_1/regulamentos/Espacos_Publicos/Regulamento_OEPPP_2012.pdf) e sujeito ao procedimento do **balcão do empreendedor**, devendo para o efeito seleccionar a área de jurisdição da câmara de Faro;
- c) Ao cumprimento do regime jurídico da **segurança contra incêndios em edifícios** (DL 220/2008, de 12/11 e da Portaria 1532/2008, de 29/12, disponíveis em <https://dre.pt/application/file/439913> e em <https://dre.pt/application/file/444327>);
- d) Ao cumprimento do DL 81/2013, de 14/06, disponível em <https://dre.pt/application/file/496667>, que aprova o novo regime do exercício da atividade pecuária (NREAP), nas explorações pecuárias, entrepostos e centros de agrupamento, garantindo o respeito pelas normas de bem-estar animal, a defesa higiossanitária dos efetivos, a salvaguarda da saúde, a segurança de pessoas e bens, a qualidade do ambiente e o ordenamento do território, num quadro de sustentabilidade e de responsabilidade social dos produtores pecuários;
- e) O NREAP aplica -se:
  - i) Às atividades pecuárias incluídas nos grupos 014 e 015 e na subclasse 46230 da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas Revisão 3 (CAE Rev3), aprovada pelo DL 381/2007 de 14/11, disponível em <https://dre.pt/application/file/629058>, com exceção das atividades identificadas sob os números 01491 (apicultura) e 01493 (animais de companhia);
  - ii) Às atividades complementares de gestão de efluentes pecuários anexas a explorações pecuárias ou unidades autónomas, quando se tratar de unidades de compostagem, de unidades técnicas ou de unidades de produção de biogás, bem como das explorações agrícolas que sejam valorizadoras de efluentes pecuários;

- f) As normas regulamentares específicas, encontram-se estabelecidas nos seguintes diplomas legais:

Portaria 631/2009, de 09/06 (Plano de Gestão de Efluentes Pecuários, disponível em <https://dre.pt/application/file/494463>)

Portaria 634/2009, de 09/06 (Equídeos)

Portaria 635/2009, de 09/06 (Coelhos e Lebres)

Portaria 636/2009, de 09/06 (Suínos)

Portaria 637/2009, de 09/06 (Aves)

Portaria 638/2009, de 09/06 (Bovinos, Ovinos e Caprinos)

## V. Apoios financeiros

### a) Apoio à criação de emprego - o IEFP

O IEFP tem uma série de programas de apoio à criação de emprego e programas de estágio, que podem ser interessantes para o caso de uma atividade turística

<http://www.iefp.pt/apoios/empresas/Paginas/Empresas.aspx>

### b) Financiamento a empresas - o IAPMEI

Financiamentos para a criação e revitalização de empresas (genericamente reembolsáveis) podem ser obtidos junto do IAPMEI, em <http://www.iapmei.pt/iapmei-art-01.php?temaid=31>

### c) Apoio à atividade agrícola – PDR 2020

O Programa de Desenvolvimento Rural no quadro comunitário de apoio 2014-2020, disponibiliza financiamento para apoio a várias atividades agrícolas, cujos avisos de abertura de candidaturas estão disponíveis em <http://www.pdr-2020.pt/site/Candidaturas>. Consulte outros apoios em <http://www.pdr-2020.pt/site/Apoios-PDR2020>

### d) Microcrédito

A Câmara Municipal de Faro estabeleceu protocolo de colaboração com 2 agências de Microcrédito, no sentido de promover o empreendedorismo local, as quais oferecem as seguintes condições (sem prejuízo da necessidade de obter informação junto da respetiva agência):

- i) Novo Banco – montante:  $\geq 250,00\text{€}$  e  $\leq 12.500,00\text{€}$ ; prazo:  $\geq 3$  meses e  $\leq 48$  meses; período carência:  $\leq 6$  meses; reembolso: prestações mensais;
- ii) Millennium BCP – montante:  $\geq 1.000,00\text{€}$  e  $\leq 25.000,00\text{€}$ ; prazo:  $\leq 48$  e  $60$  meses (para montantes  $\leq 7.000,00\text{€}$  e  $> 7.000,00\text{€}$ , respetivamente); reembolso: prestações mensais.

## VI. Outras informações úteis

- Para criar ou alterar a sua empresa aceda a

<https://bde.portaldocidadao.pt/evo/Templates/GeralEO.aspx?NRNODEGUID=%7B0AB79FDE-92FE-4BEF-84CE-962D954F4D59%7D>

Ruta hacia la  
Cooperación Empresarial  
y Comercio Electrónico



Rota de  
Cooperação Empresarial  
e Comércio Eletrônico

- Para dar início de atividade junto da Autoridade Tributária e Aduaneira veja as orientações em <http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/BFE821C5-4A5A-4BDB-B6DF-99064DAD889B/0/MANUALDEINICIOvers%C3%A3oPortalFinan%C3%A7as2011.pdf> e registe-se em <https://www.portaldasfinancas.gov.pt/pt/home.action>